



Governo Municipal

I PORÃ

IPORÃ, DESENVOLVENDO SEM PARAR!

LEI Nº 1840/2023

SÚMULA: AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS PARA AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a adquirir por compras, o imóvel urbano, constituídos pela **ÁREA INDUSTRIAL Z-1-R (Z UM REMANESCENTE), COM A ÁREA DE 17.800,00 METROS QUADRADOS**, encravado na Gleba Atlântida, Bairros Brasília e Maracanã, neste Município e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, com as metragens e confrontações seguintes: "NORDESTE: Por linha seca e reta, numa extensão de 193,00 metros, confronta com a Rua Princesa Isabel, da planta da cidade de Iporã; SUDOESTE: Por uma linha seca e reta, numa distância de 163,00 metros, confronta com a Estrada do Bairro Maracanã; NOROESTE: Por uma linha seca e reta, numa extensão de 100,00 metros, confronta com a área Industrial Z-2 da planta da cidade; SUDESTE: Por uma linha seca e reta, numa distância de 104,40 metros, confronta com a margem direita da faixa de domínio da Rodovia PR 323.", objeto da matrícula 11.310 do Cartório do Registro de Imóveis de Iporã, Estado do Paraná.

Parágrafo único. O imóvel de que trata o "Caput" deste Artigo, achase devidamente avaliado por Comissão Municipal pelo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º - A importância mencionada no Parágrafo único do Artigo 1º desta Lei, será paga aos vendedores em quinze (15) parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), vencendo-se a primeira parcela em trinta (30) dias após a publicação da presente Lei e as demais sucessivamente.

Art. 3º - Para fazer face ao encargo gerado pelo disposto nesta Lei, serão utilizados recursos provenientes de abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 4º - O imóvel objeto desta Lei será destinado à ampliação do Parque de Exposição do Município de Iporã, consistente em construção de: Barracão para Exposição, Praças de Alimentação, Arena de Rodeio e Shows, Escolas de Equitação, Sanitários, dentre outros.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iporã, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

SERGIO LUIZ BORGES:49301977915
1977915

Assinado de forma digital por SERGIO LUIZ BORGES:49301977915
Dados: 2023.06.07 15:33:32 -03'00'

SÉRGIO LUIZ BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado (a) no Diário Oficial dos Municípios do Paraná

Órgão Oficial do Município de Iporã

Edição n.º 2788 Página 173-174 Ano: XII

Data: 08/06/2023

Paço Municipal – Rua Pedro Álvares Cabral, 2677 – CEP 87560-000 – Iporã/PR
Fone: (44) 3652-8100 – FAX: (44) 3652-8101

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1839/2023

SÚMULA: AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE ÁREA DE TERRAS A EMPRESA SIDNEI GOULART 43720471187, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Fica pela presente Lei, e com base na Lei Complementar nº 002/2009, de 22/12/2009, o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à empresa SIDNEI GOULART 43720471187, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.454.317/0001-94, o uso da área de terras constituída pelo Lotes nº 1-R (Um-R), da Quadra nº 03 (Três), com a área total de 431,41 m² (quatrocentos e trinta e um vírgula quarenta e um metros quadrados), localizado na Cidade Industrial Edivar Sávio Polli, na Rua Senador Souza Neves, Parque Industrial, nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, com os seguintes limites e confrontações:

IMÓVEL:

LOTE: Nº 1-R

QUADRA: Nº 03

SITUAÇÃO: Município e Comarca de Iporã—Estado do Paraná.

ÁREA: 431,41 m²**LIMITES E CONFRONTAÇÕES:**

NORDESTE: Confronta-se com a área da Sociedade Rural de Iporã (SORI), com a distância de 40,00 metros;

SUDESTE: Confronta-se com a Rua Senador Souza Neves, com a distância de 10,94 metros;

SUDOESTE: Confronta-se com o Lote de nº 01-A com a distância de 40,00 metros;

NOROESTE: Confronta-se com o Lote nº 08, com a distância de 10,63 metros;

§ 1º - A presente Lei de Cessão de Uso é feita com base no art. 58 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 002/2009, de 22/12/2009, combinada com a Lei Municipal nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013.

§ 2º - A empresa beneficiada pela presente Cessão de Uso terá por obrigação o contido no artigo 11 letras "a" a "e" e seus parágrafos da Lei Municipal nº 1095/2010, sob pena de não o fazendo, a cessão e suas benfeitorias incorporadas retornarem ao Poder da Administração Municipal.

Art. 2º - Nos termos da Lei Municipal nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013, fica obrigado à empresa as seguintes condições específicas:

§ 1º - Início das obras e/ou reformas em até 60 (sessenta) dias, após a publicação da lei e conclusão das obras em até 06 (seis) meses.

§ 2º - Não utilizar do imóvel como residência, moradia ou alojamento mesmo que de forma temporária.

§ 3º - No prazo do § 1º, se necessário, construir cerca, muro, alambrado ou outra forma de demarcação elevada que possa impedir a entrada de transeuntes e animais de pequeno e grande porte.

§ 4º - Preservar a área cedida, mantendo-a limpa e em bom estado de conservação.

§ 5º - O imóvel também será restituído ao Patrimônio Público caso paralise suas atividades, sem qualquer indenização à Concessionária por benfeitoria que vier a ser realizada no imóvel.

Art. 3º - A Concessionária deverá manter empregos diretos, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho, durante o prazo de concessão, sob pena de reversão do bem ao Patrimônio Público.

Art. 4º - A Concessionária deverá cumprir com todas as legislações municipais pertinentes à sua instalação, inclusive a legislação

ambiental e ao Plano Diretor do Município, sujeitando-se às fiscalizações do Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A Concessionária obriga-se a suportar todas as despesas decorrentes do funcionamento da indústria, seguro e manutenção do imóvel, reparações e adequações no prédio, ampliações e construções que vierem a ser realizadas, ficando essas incorporadas ao imóvel, quando do vencimento da concessão, sem gerar direito de indenização por parte da Concedente.

Art. 5º - Por tratar-se de relevante interesse público justificada na geração de emprego e renda no Município, fica dispensada a licitação que alude o Parágrafo 1º do Artigo 115 da LOMI-Lei Orgânica do Município de Iporã.

Art. 6º - O imóvel, objeto desta cessão somente poderá ser transferido pelo Município à Cessionária por instrumento público, após o decurso do prazo de até 04 (quatro) anos, a partir da publicação desta Lei, bem como, verificado o cumprimento de todas as obrigações do art. 11 e seguintes da Lei Municipal nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013.

Parágrafo único. Preenchidos os requisitos da Lei Municipal nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013, fica desafetado o imóvel, e consequentemente autorizada à escrituração/doação, em favor da empresa Cessionária.

Art. 7º - O Executivo Municipal fica autorizado a especificar os dados relativos aos imóveis, seus valores, memoriais e metragens, inclusive podendo corrigir eventuais erros nos mesmos, de forma a possibilitar seu registro cartorial.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

SÉRGIO LUIZ BORGES

Prefeito Municipal

Publicado por:

Rosane Silva dos Santos

Código Identificador:9C5B1792

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1840/2023

SÚMULA: AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS PARA AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a adquirir por compras, o imóvel urbano, constituídos pela **ÁREA INDUSTRIAL Z-1-R (Z UM REMANESCENTE), COM A ÁREA DE 17.800,00 METROS QUADRADOS**, encravado na Gleba Atlântida, Bairros Brasília e Maracanã, neste Município e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, com as metragens e confrontações seguintes: "NORDESTE: Por linha seca e reta, numa extensão de 193,00 metros, confronta com a Rua Princesa Isabel, da planta da cidade de Iporã; SUDOESTE: Por uma linha seca e reta, numa distância de 163,00 metros, confronta com a Estrada do Bairro Maracanã; NOROESTE: Por uma linha seca e reta, numa extensão de 100,00 metros, confronta com a área Industrial Z-2 da planta da cidade; SUDESTE: Por uma linha seca e reta, numa distância de 104,40 metros, confronta com a margem direita da faixa de domínio da Rodovia PR 323.", objeto da matrícula 11.310 do Cartório do Registro de Imóveis de Iporã, Estado do Paraná.

Parágrafo único. O imóvel de que trata o "Caput" deste Artigo, achase devidamente avaliado por Comissão Municipal pelo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º - A importância mencionada no Parágrafo único do Artigo 1º desta Lei, será paga aos vendedores em quinze (15) parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), vencendo-se a primeira parcela em trinta (30) dias após a publicação da presente Lei e as demais sucessivamente.

Art. 3º - Para fazer face ao encargo gerado pelo disposto nesta Lei, serão utilizados recursos provenientes de abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 4º - O imóvel objeto desta Lei será destinado à ampliação do Parque de Exposição do Município de Iporã, consistente em construção de: Barracão para Exposição, Praças de Alimentação, Arena de Rodeio e Shows, Escolas de Equitação, Sanitários, dentre outros.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Iporã, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva dos Santos
Código Identificador: B83A01E9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1841/2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1356/2014, QUE INCORPOROU VERBAS REMUNERATÓRIAS A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL E DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Revoga a Lei nº 1356/2014, que incorporou verbas remuneratórias a remuneração do servidor público municipal ocupante de cargo efetivo na administração direta, autárquica ou fundacional e da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva dos Santos
Código Identificador: B547D921

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1842/2023

SÚMULA: AUTORIZA A REGULAMENTAÇÃO DE CESSÃO DE USO DE ÁREA DE TERRAS A EMPRESA ALAN KELVIN BORTOLOTTI LTDA., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Fica pela presente Lei, e com base na Lei Complementar nº 002/2009, de 22/12/2009, o Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar a cessão à empresa ALAN KELVIN BORTOLOTTI LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.906.147/0001-94, o uso da área de terras constituída pelo Lote nº 08 (OITO), da Quadra nº 01 (UM), com a área total de 5.615,73 (Cinco mil seiscentos e quinze metros virgula setenta e três centímetros quadrados), localizado no Parque Industrial Edivar Sávio Polli, nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, com os seguintes limites e confrontações:

IMÓVEL:

LOTE: Nº 08

QUADRA: Nº 01

SITUAÇÃO: Município e Comarca de Iporã–Estado do Paraná.

ÁREA: 5.615,73 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

LESTE: Confronta-se com a Rua "A" numa extensão de 59,84 metros;

SUL: Confronta-se com o Lote 7, numa extensão de 92,93 metros;

OESTE: Confronta-se com o Lote 10, numa extensão de 60,18 metros;

NORTE: Confronta-se com a Rua "B", numa extensão de 94,40 metros;

§ 1º - A presente Lei de Cessão de Uso é feita com base no art. 58 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 002/2009, de 22/12/2009, combinada com a Lei Municipal nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013.

§ 2º - A empresa beneficiada pela presente Cessão encontra-se na posse e uso do presente imóvel desde o dia 21 de junho de 2007, quando recebeu Termo Provisório de Posse do gestor da época, estando com a empresa em pleno funcionamento, cumprindo assim a obrigação contida no artigo 11 letras "a" a "e" e seus parágrafos da Lei Municipal nº 1095/2010, sob pena de não o fazendo, a Cessão e suas benfeitorias incorporadas retornarem ao Poder da Administração Municipal.

Art. 2º - Nos termos da Lei Municipal nº 1095/2010, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 1281/2013, fica obrigado à empresa as seguintes condições específicas:

§ 1º - Dar continuidade nas atividades exercidas pela empresa desde o ano de 2007, quando recebeu a cessão do imóvel;

§ 2º - Não utilizar do imóvel como residência, moradia ou alojamento mesmo que de forma temporária.

§ 3º - Preservar a área cedida, mantendo-a limpa e em bom estado de conservação.

§ 4º - O imóvel também será restituído ao Patrimônio Público caso paralise suas atividades, sem qualquer indenização à Concessionária por benfeitoria que vier a ser realizada no imóvel.

Art. 3º - A Concessionária deverá manter empregos diretos, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho, durante o prazo de concessão, sob pena de reversão do bem ao Patrimônio Público.

Art. 4º - A Concessionária deverá cumprir com todas as legislações municipais pertinentes à sua instalação, inclusive a legislação ambiental e ao Plano Diretor do Município, sujeitando-se às fiscalizações do Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A Concessionária obriga-se a suportar todas as despesas decorrentes do funcionamento da indústria, seguro e manutenção do imóvel, reparações e adequações no prédio, ampliações e construções que vierem a ser realizadas, ficando essas incorporadas ao imóvel, quando do vencimento da concessão, sem gerar direito de indenização por parte da Concedente.

Art. 5º - Por tratar-se de relevante interesse público justificada na geração de emprego e renda no Município, fica dispensada a licitação que alude o Parágrafo 1º do Artigo 115 da LOMI-Lei Orgânica do Município de Iporã.